

# Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.

The Five East Batel

Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel

Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone +55 (41) 3304-2500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da**

**Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.**

Curitiba - PR

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

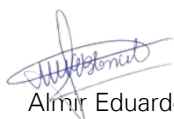
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de Março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Almir Eduardo Bertoncelo  
Contador CRC PR-052082/O

## Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
<b>Ativo</b>						<b>Passivo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	233.144	31.884	367.626	107.705	Fornecedores	14	21	53	7.091	183.555
Contas a receber de clientes	8	-	-	32.191	30.303	Provisões	15	-	-	112.591	108.606
Contas a receber de partes relacionadas	9	8.163	983	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	1.028	688
Dividendos a receber	9	7.411	8.496	-	-	Contas a pagar à partes relacionadas	9	4.979	-	4.979	-
Despesas antecipadas		-	-	1.125	1.302	Passivo de arrendamento mercantil	13	-	-	14	14
Adiantamentos a fornecedores		-	-	9.168	1.376	Financiamentos	16	-	-	92.507	84.139
Tributos e contribuições a compensar		234	284	1.251	1.304	Obrigações fiscais		96	10	1.078	961
Outros ativos		-	-	962	628	Imposto de renda e contribuição social a pagar		408	7	2.819	2.391
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>248.953</b>	<b>41.646</b>	<b>412.323</b>	<b>142.619</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.504</b>	<b>70</b>	<b>222.107</b>	<b>380.353</b>
Despesas antecipadas		-	-	20	39	Provisões	15	-	-	4.243	-
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	15.684	12.898	Financiamentos	16	-	-	857.263	701.665
Investimentos	11	761.251	749.835	-	-	Tributos diferidos		-	-	1.851	1.876
Imobilizado	12	-	-	1.662.349	1.719.953	Passivo de arrendamento mercantil	13	-	-	2.284	2.299
Ativo de direito de uso	13	-	-	2.029	2.095	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>865.642</b>	<b>705.840</b>
Intangível		-	-	43	-	Capital social		1.120.666	970.666	1.120.666	970.666
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>761.251</b>	<b>749.835</b>	<b>1.680.125</b>	<b>1.734.985</b>	Capital social a integralizar		-	(37.704)	-	(37.704)
						Prejuízos acumulados		(115.966)	(141.550)	(115.966)	(141.550)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.010.203</b>	<b>791.481</b>	<b>2.092.448</b>	<b>1.877.604</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	17	<b>1.004.699</b>	<b>791.411</b>	<b>1.004.699</b>	<b>791.412</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.010.203</b>	<b>791.481</b>	<b>2.092.448</b>	<b>1.877.604</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	18	-	-	234.348	219.294
Custo da geração de energia	19	-	-	(129.759)	(113.848)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104.589</b>	<b>105.446</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(61)	(111)	(5.630)	(6.532)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(510)	(40)	(1.252)	(38)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(571)</b>	<b>(151)</b>	<b>97.708</b>	<b>98.875</b>
Despesas financeiras	20	(1.443)	(51)	(88.392)	(89.124)
Receitas financeiras	20	10.957	789	34.368	10.383
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>9.514</b>	<b>737</b>	<b>(54.024)</b>	<b>(78.741)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	11	18.827	8.072	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>27.770</b>	<b>8.659</b>	<b>43.683</b>	<b>20.135</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(2.185)	(38)	(18.135)	(11.113)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	36	(401)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>25.584</b>	<b>8.621</b>	<b>25.584</b>	<b>8.621</b>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0003	0,0001	0,0003	0,0001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	25.584	8.621	25.584	8.621
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>25.584</u>	<u>8.621</u>	<u>25.584</u>	<u>8.621</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>970.666</b>	<b>(43.461)</b>	<b>(150.171)</b>	<b>777.034</b>
Integralização de capital	17.a	-	5.757	-	5.757
Lucro líquido do exercício		-	-	8.621	8.621
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>970.666</b>	<b>(37.704)</b>	<b>(141.550)</b>	<b>791.412</b>
Integralização de capital	17.a	150.000	37.704	-	187.704
Lucro líquido do exercício	17.a	-	-	25.584	25.584
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>1.120.666</b>	<b>-</b>	<b>(115.966)</b>	<b>1.004.700</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>25.584</b>	<b>8.621</b>	<b>25.584</b>	<b>8.621</b>
<b>Ajustes para:</b>					
Equivalência patrimonial	11	(18.827)	(8.072)	-	-
Depreciação e amortização	12	-	-	72.135	71.046
Provisão ressarcimento de energia	18	-	-	20.806	35.900
Juros e variações monetárias	16	1.373	-	68.000	68.673
Juros de arrendamentos		-	-	196	194
Amortização de custos de transação	16	-	-	1.015	1.015
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	2.185	38	18.135	11.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(36)	401
		<b>10.316</b>	<b>587</b>	<b>205.835</b>	<b>196.964</b>
<b>Variações em:</b>					
Contas a receber de clientes		-	-	(1.888)	(6.196)
Despesas antecipadas		-	-	196	(324)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(7.792)	(588)
Tributos e contribuições a compensar		49	(162)	53	(168)
Outros ativos		-	-	(334)	(404)
Partes relacionadas	9	(2.201)	5.176	4.979	-
Fornecedores		(32)	48	(176.464)	(15.805)
Provisões	15	-	-	(12.578)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	340	243
Obrigações fiscais		(1.698)	(29)	(3.783)	(1.639)
Tributos diferidos		-	-	11	828
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>6.433</b>	<b>5.619</b>	<b>8.576</b>	<b>172.910</b>
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(13.807)	(9.232)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>6.433</b>	<b>5.619</b>	<b>(5.231)</b>	<b>163.679</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>					
Integralização de capital nas controladas	11	-	478	-	-
Dividendos recebidos		8.496	428	-	-
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(14.465)	(20.112)
Aquisição de intangível		-	-	(43)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>8.496</b>	<b>905</b>	<b>(14.508)</b>	<b>(20.112)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>					
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(2.786)	5.142
Integralização de capital	17.a	187.704	5.757	187.704	5.757
Arrendamentos	13	-	-	(211)	(208)
Empréstimos e financiamentos obtidos	16	80.000	-	281.951	-
Pagamento de principal sobre financiamentos	16	(80.000)	-	(117.118)	(33.886)
Pagamento de juros sobre financiamentos	16	(1.373)	-	(69.880)	(72.986)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>186.331</b>	<b>5.757</b>	<b>279.660</b>	<b>(96.181)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>201.260</b>	<b>12.282</b>	<b>259.922</b>	<b>47.385</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>31.884</b>	<b>19.602</b>	<b>107.705</b>	<b>60.319</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>233.144</b>	<b>31.884</b>	<b>367.627</b>	<b>107.705</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

O Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (“Complexo Lagoa do Barro” ou “Companhia”), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de agosto de 2014. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”) e tem como objeto social a exploração de atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica bem como comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono.

O Grupo está focado no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, como parques eólicos. As companhias controladas diretamente pelo Grupo são:

	Participação acionária %	
	2023	2022
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.	100%	100%

As controladas da Complexo Lagoa do Barro foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos por 35 anos, o que viabilizou os empreendimentos dos 10 parques eólicos localizados na cidade de Lagoa do Barro, no estado do Piauí com as seguintes características:

Companhias	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Lagoa do Barro I	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	309	03/07/2015	02/07/2050	14,2	15,5	15,5
Lagoa do Barro II	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	310	03/07/2015	02/07/2050	11,3	15,0	15,0
Lagoa do Barro III	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	311	03/07/2015	02/07/2050	13,5	15,3	15,3
Lagoa do Barro IV	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	312	03/07/2015	02/07/2050	12,9	15,1	15,1
Lagoa do Barro V	24	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	313	03/07/2015	02/07/2050	10,3	13,2	13,2
Lagoa do Barro VI	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	314	03/07/2015	02/07/2050	11,9	14,8	14,8
Lagoa do Barro VII	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	315	03/07/2015	02/07/2050	13,8	14,3	14,3
Lagoa do Barro VIII	9	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	316	03/07/2015	02/07/2050	4,5	5,1	5,1
Lagoa do Barro IX	32,2	A-6 2019	AW3000-3MW-HH120m	208	05/05/2020	05/05/2055	3,4	16,7	11,3
Lagoa do Barro X	50,6	A-6 2019	AW3000-3MW-HH120m	207	04/05/2020	05/05/2055	4,0	25,5	13,2

A Complexo Lagoa do Barro possui como acionista e controladora direta, a Atlantic Energias Renováveis S A., e indiretamente, a CGN Brasil Energia e Participações S.A., ambas possuem relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Grupo também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do Grupo estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo em 18 de março de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas críticas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração do Grupo representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica do Grupo e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 15** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

## 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

## 6 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

### a. Base de consolidação

#### (i) *Controladas*

Controladas são todas as Companhias investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido nas Companhias investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

#### (ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente**

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 15 – i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

**d. Impostos**

**(i) Impostos e contribuições sobre as receitas (“lucro real”)**

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

**(ii) Impostos e contribuições sobre as receitas (“lucro presumido”)**

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

**(iii) Impostos e contribuições sobre o lucro (“lucro real”)**

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia enquadrada na tributação do lucro real é: Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

**(iv) Impostos e contribuições sobre o lucro (“lucro presumido”)**

Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As Companhias enquadradas na tributação do lucro presumido são: Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A., Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.

(v) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**e. Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) **Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) **Depreciação**

A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

*Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados*

<b>Classe de imobilizado</b>	<b>Taxa anual de depreciação</b>
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	4%
Sistemas de transmissão e conexão	4%



Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**f. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

*(i) Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo de direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação.

A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos.

**g. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

*Ressarcimento*

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

**h. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**i. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

**j. Instrumentos financeiros**

*Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### ***Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

### ***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA** A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

### ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### ***Desreconhecimento***

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **k. Valor recuperável de ativos (“impairment”)**

### ***(i) Ativos financeiros não-derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;

- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

**(ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

**(iii) *Ativos não financeiros***

A Companhia e suas controladas tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **I. Mudança nas políticas contábeis materiais**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40);
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06);
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	4	15	1.717	591
Aplicações financeiras (i)	233.140	31.869	365.909	107.114
	<b>233.144</b>	<b>31.884</b>	<b>367.626</b>	<b>107.705</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB e Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB e Banco Santander foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

## 8 Contas a receber de clientes (consolidado)

	2023	2022
Contas a receber	32.191	30.303
	<b>32.191</b>	<b>30.303</b>

O contas a receber decorre do fornecimento de energia efetuado no mês de dezembro de 2023 recebido em janeiro de 2024.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

## 9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

## Controladora

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<i>Ativo circulante</i>		
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A (a)	1.072	93
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A (a)	767	93
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A (a)	767	93
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A (a)	805	131
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A (a)	682	82
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A (a)	767	93
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A (a)	767	93
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A (a)	256	31
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A (a)	886	107
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A (b)	2.954	3.456
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A (a)	1.392	169
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A (b)	5.447	5.040
	<b>15.574</b>	<b>9.479</b>

- (a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta.
- (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber.

As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

## 10 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Aplicações financeiras vinculadas (a)	15.684	12.898
	<b>15.684</b>	<b>12.898</b>

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos *covenants* e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 16). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.

As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.



## 11 Investimentos (controladora)

### 11.1 Informações das companhias controladas

<b>2023</b>					
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita</b>	<b>Lucro (prejuízo)</b>
<b>Controladas</b>					
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	226.581	112.395	114.186	25.830	(3.650)
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	178.457	119.321	59.137	20.955	(3.360)
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	189.608	130.258	59.350	20.386	(1.834)
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	183.148	129.415	53.733	21.807	(1.832)
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	163.111	98.860	64.251	22.469	1.177
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	176.165	122.678	53.487	21.745	(2.025)
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	184.699	127.144	57.487	22.406	-
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	60.769	41.989	18.779	7.242	(852)
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A	194.170	84.057	110.113	27.558	12.479
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A	302.362	131.732	170.630	43.950	18.725
	<u>1.859.069</u>	<u>1.097.819</u>	<u>761.251</u>	<u>234.348</u>	<u>18.827</u>
<b>2022</b>					
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita</b>	<b>Lucro (prejuízo)</b>
<b>Controladas</b>					
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	232.655	114.818	117.836	23.961	(6.324)
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	186.848	124.351	62.497	21.290	(3.311)
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	191.886	130.702	61.184	19.102	(3.751)
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	187.804	132.239	55.565	19.918	(4.283)
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	166.023	102.950	63.074	20.931	185
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	183.013	127.501	55.512	20.367	(4.208)
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	186.580	128.996	57.585	18.120	(4.139)
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	61.631	41.999	19.631	6.655	(1.868)
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A	165.843	65.245	100.598	27.337	14.551
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A	283.153	126.800	156.353	41.614	21.220
	<u>1.845.436</u>	<u>1.095.601</u>	<u>749.835</u>	<u>219.294</u>	<u>8.072</u>

## 11.2 Participações em companhias controladas

Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

Participação	2023						
	Saldo inicial	Integralização capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos *	Equivalência patrimonial	Saldo final	
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	100%	117.836	-	-	-	(3.650)	114.186
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	100%	62.497	-	-	-	(3.360)	59.137
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	100%	61.184	-	-	-	(1.834)	59.350
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	100%	55.565	-	-	-	(1.832)	53.733
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	100%	63.074	-	-	-	1.177	64.251
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	100%	55.512	-	-	-	(2.025)	53.487
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	100%	57.585	-	-	-	-	57.585
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	100%	19.631	-	-	-	(852)	18.779
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A	100%	100.598	-	-	2.964	12.479	110.113
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A	100%	156.353	-	-	4.447	18.725	170.630
		<u>749.835</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.411</u>	<u>18.827</u>	<u>761.250</u>

Participação	2022						
	Saldo inicial	Integralização capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos *	Equivalência patrimonial	Saldo final	
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	100%	124.160	-	-	-	(6.324)	117.836
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	100%	65.808	-	-	-	(3.311)	62.497
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	100%	64.935	-	-	-	(3.751)	61.184
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	100%	59.848	-	-	-	(4.283)	55.565
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	100%	62.888	-	-	-	185	63.074
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	100%	59.720	-	-	-	(4.208)	55.512
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A	100%	61.724	-	-	-	(4.139)	57.585
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A	100%	21.500	-	-	-	(1.868)	19.631
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A	100%	98.642	-	(9.140)	(3.456)	14.551	100.598
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A	100%	131.511	8.662	-	(5.040)	21.220	156.353
		<u>750.736</u>	<u>8.662</u>	<u>(9.140)</u>	<u>(8.496)</u>	<u>8.072</u>	<u>749.835</u>

(\*) Os dividendos recebidos são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento em função dos retornos sobre estes investimentos.

## 12 Imobilizado (consolidado)

### (i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2023		2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	10%	44	(11)	32	38
Equipamentos de informática	20%	518	(112)	406	272
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	78.161	(10.348)	67.813	70.044
Sistema de geração	4%	1.524.218	(205.380)	1.318.839	1.368.567
Sistemas de transmissão e conexão	4%	349.885	(87.094)	262.791	280.642
Peças de manutenção		127	-	127	127
Imobilizado em andamento		12.341	-	12.341	264
		<b>1.965.294</b>	<b>(302.945)</b>	<b>1.662.349</b>	<b>1.719.953</b>

### (ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2022	Movimentação em 2023			Saldo em 2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	44	-	-	-	44
Equipamentos de informática	293	26	-	199	518
Edificações, obras civis e benfeitorias	78.161	-	-	-	78.161
Sistema de geração	1.522.553	1.590	-	75	1.524.218
Sistemas de transmissão e conexão	349.387	498	-	-	349.885
Peças de manutenção	127	-	-	-	127
Imobilizado em andamento	264	12.357	(6)	(274)	12.341
	<b>1.950.829</b>	<b>14.470</b>	<b>(6)</b>	<b>-</b>	<b>1.965.294</b>

	Saldo em 2021	Movimentação em 2022			Saldo em 2022
		Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	44	-	-	-	44
Equipamentos de informática	69	224	-	-	293
Edificações, obras civis e benfeitorias	75.651	-	-	2.510	78.161
Sistema de geração	1.083.869	5.332	-	433.351	1.522.553
Sistemas de transmissão e conexão	346.349	315	-	2.724	349.387
Peças de manutenção	127	-	-	-	127
Imobilizado em andamento	424.609	14.240	-	(438.586)	264
	<b>1.930.718</b>	<b>20.111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.950.829</b>

**(iii) Movimentação da depreciação**

	<b>Movimentação em 2023</b>				<b>Saldo em 2023</b>
	<b>Saldo em 2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	
Móveis e utensílios	(6)	(6)	-	-	(11)
Equipamentos de informática	(21)	(91)	-	-	(112)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(8.117)	(2.231)	-	-	(10.348)
Sistema de geração	(153.986)	(51.393)	-	-	(205.380)
Sistemas de transmissão e conexão	(68.746)	(18.348)	-	-	(87.094)
	<b>(230.876)</b>	<b>(72.069)</b>	-	-	<b>(302.945)</b>
	<b>Movimentação em 2022</b>				
	<b>Saldo em 2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 2022</b>
Móveis e utensílios	(4)	(2)	-	-	(6)
Equipamentos de informática	(12)	(9)	-	-	(21)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(5.886)	(2.231)	-	-	(8.117)
Sistema de geração	(103.781)	(50.205)	-	-	(153.986)
Sistemas de transmissão e conexão	(50.212)	(18.534)	-	-	(68.746)
	<b>(159.895)</b>	<b>(70.981)</b>	-	-	<b>(230.876)</b>

**a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)**

A Companhia anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2023, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 8,50% a.a. (8,95% a.a. em 2022), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC).

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

## 13 Arrendamentos

Os saldos relacionados aos arrendamentos do Grupo em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

### Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 2022	Amortização	Saldo em 2023
Terras e terrenos	9%	2.095	66	2.029
		<u>2.095</u>	<u>66</u>	<u>2.029</u>

### Passivo de arrendamento

	Saldo em 2022	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2023
Terras e terrenos	2.313	211	196	2.298
	<u>2.313</u>	<u>211</u>	<u>196</u>	<u>2.298</u>

## 14 Fornecedores

Os saldos de fornecedores se referem a compra de máquinas e serviços para a formação do imobilizado da Companhia.

	2023	2022
Fornecedores nacionais	7.091	13.533
Fornecedores estrangeiros	<u>-</u>	<u>170.022</u>
	<u>7.091</u>	<u>183.555</u>

## 15 Provisões

### (i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida (“constrained-off”), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%.

Ressarcimento Quadrienal à CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x	
	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida (“constrained-off”) em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de “constrained-off” de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.

A composição do saldo de provisões é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>72.706</b>	
Constituição		35.900
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>108.606</b>	
Constituição		20.806
Baixa		(12.578)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>116.834</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Provisão para ressarcimento curto prazo	112.591	108.606
Provisão para ressarcimento longo prazo	4.243	-
	<b>116.834</b>	<b>108.606</b>

**(ii) Provisão para desmantelamento**

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, “são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras do Grupo”; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura do Grupo e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

**(iii) Provisão para contingências**

Suportada pelos advogados que assessoram o Grupo, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R\$ 94 em 2023 (RS 71 em 2022).

## 16 Financiamentos (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2023	2022
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A.	BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	77.116	80.851
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A.	BNB (b)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	24.838	26.639
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (c)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	78.126	81.682
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (d)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	26.552	28.062
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (e)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	78.683	82.470
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (f)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	26.189	27.909
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (g)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	80.709	84.407
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (h)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	26.713	28.379
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (i)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	70.443	73.713
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (j)	IPCA + 2,60%	15/07/2037	23.283	24.943
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (k)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	78.965	82.638
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (l)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	27.944	29.275
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (m)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	79.674	83.207
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A.	BNB (n)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	27.598	29.032
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A.	BNB (o)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	26.329	27.556
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A.	BNB (p)	IPCA + 2,40%	15/05/2037	9.080	9.572
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A.	BNB (q)	IPCA + 6,15%	15/04/2042	78.168	-
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A.	BNB (r)	IPCA + 6,15%	15/04/2042	122.876	-
	Custos com captação			(13.517)	(14.531)
				<b>949.770</b>	<b>785.804</b>
Passivo circulante				92.507	84.139
Passivo não circulante				857.263	701.665

- (a) Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.138, com vencimento final para abril de 2037.

Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

- (b) Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 31.581, com vencimento final para maio de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (c) Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.556, com vencimento final para abril de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (d) Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 31.785, com vencimento final para junho de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (e) Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.023, com vencimento final para abril de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (f) Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A: Em 23 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.174, com vencimento final para junho de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (g) Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 102.664, com vencimento final para abril de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (h) Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.738, com vencimento final para maio de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (i) Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 89.893, com vencimento final para abril de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (j) Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A: Em 20 de agosto de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 28.704, com vencimento final para julho de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).



- (k) Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.502, com vencimento final para abril de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (l) Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A: Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.232, com vencimento final para junho de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (m) Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 101.743, com vencimento final para abril de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (n) Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A: Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.204, com vencimento final para maio de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (o) Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 34.289, com vencimento final para abril de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (p) Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 12 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 10.760, com vencimento final para maio de 2037.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (q) Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A: Em 31 de março de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 78.537, com vencimento final para 15 de abril de 2042.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).
- (r) Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A: Em 31 de março de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 123.414, com vencimento final para 15 de abril de 2042.
- Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

O Grupo mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2024	-	92.507
2025 a 2027	-	147.484
2028 a 2030	-	168.327
2031 a 2033	-	198.846
2034 a 2036	-	237.919
2037 a 2039	-	69.282
2040 a 2042	-	35.405
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>949.770</b>

## 16.1 Movimentação (consolidado)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Saldo inicial</b>	785.804	822.989
Captação	281.951	-
Pagamento de juros	(69.880)	(72.986)
Pagamento de principal	(117.118)	(33.886)
Despesas com juros	68.000	68.673
Custos de captação amortizados	1.015	1.015
<b>Saldo final</b>	<b>949.770</b>	<b>785.804</b>

Durante o ano de 2023, a controladora captou empréstimo no valor de R\$ 80.000, liquidado no mesmo ano. O total de despesas com juros foi de R\$ 1.373.

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

## 16.2 Covenants

O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

### 16.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB

O Grupo possui covenants financeiros em contrato junto ao BNB, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,30, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

O Grupo possui covenants financeiros em contrato junto ao Banco Santander como fiador, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2023 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

### 16.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.120.666 (R\$ 970.666 em 2022) dividido em 98.751.599.501 (83.810.878.377 em 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionista	2023	2022
Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Atlantic")	<u>1.120.666</u>	<u>970.666</u>

Em 01 de dezembro de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 150.000, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Aumento de capital social	2023	2022
Integralização e aporte de capital	187.704	5.757

### Controladora e controlador final

As ações da Companhia são 100% controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

### c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

### d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

### e. Lucro básico e diluído

Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

## 18 Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita bruta venda de energia	264.871	264.920
Ressarcimento de energia <sup>(1)</sup>	(20.806)	(35.900)
(-) PIS e COFINS	(9.717)	(9.726)
	<b>234.348</b>	<b>219.294</b>

<sup>(1)</sup> Vide nota explicativa 15(i).

## 19 Gastos por natureza (consolidado)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Custo de geração de energia	(129.759)	(113.848)
Despesas gerais e administrativas	(5.630)	(6.532)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.252)	(38)
	<b>(136.641)</b>	<b>(120.419)</b>
Encargos de transmissão e conexão	(16.293)	(15.004)
Compra de energia	(9.689)	(3.664)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(5.962)	(2.553)
Despesa com pessoal	(7.146)	(5.656)
Serviços de terceiros	(4.643)	(4.389)
Depreciação	(72.135)	(71.046)
Arrendamento	(3.553)	(3.485)
Manutenção	(11.292)	(10.120)
Aluguel	(369)	(501)
Materiais	(327)	(128)
Outras despesas administrativas	(3.397)	(3.493)
Viagens e estadias	(168)	(170)
Penalidade por insuficiência de lastro	(82)	(39)
Outros	(1.585)	(171)
	<b>(136.641)</b>	<b>(120.419)</b>

## 20 Resultado financeiro (consolidado)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Despesas bancárias	(559)	(526)
IOF	(138)	(35)
Juros de financiamentos	(68.000)	(68.673)
Amortização do custo de captação	(1.014)	(1.014)
Juros e multas de mora	(33)	(8)
Custo da estruturação da dívida	(10.939)	(10.604)
Outras despesas financeiras	(7.709)	(8.263)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(88.392)</b>	<b>(89.124)</b>
Juros recebidos	-	6
Receita de aplicação financeira	24.625	9.160
Outras receitas financeiras	9.743	1.218
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>34.368</b>	<b>10.383</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(54.024)</b>	<b>(78.741)</b>

## 21 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

### Regime de tributação pelo lucro presumido

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receitas com vendas de energia	266.036	254.797
Outras receitas	23.411	9.978
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	44.804	30.413
Base de cálculo CSLL 12% (*)	55.427	40.597
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	11.798	8.274
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	4.240	2.801
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>16.038</b>	<b>11.075</b>
<i>Taxa efetiva</i>	<i>16,00%</i>	<i>15,60%</i>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>36</b>	<b>401</b>

(\*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(\*\*) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

## Regime de tributação pelo lucro real

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Resultado antes do IRPJ e CSLL	5.659	8.659
(+) Adições	3.254	-
(-) Exclusões	-	(8.397)
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	(2.674)	(79)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	6.239	183
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.497	38
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	600	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>2.097</b>	<b>38</b>
<i>Taxa efetiva</i>	<i>33,61%</i>	<i>20,95%</i>

## 22 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

### a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2023</b>		<b>2022</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
	<b>Custo</b>		<b>Custo</b>	
	<b>amortizado</b>	<b>Nível 2</b>	<b>amortizado</b>	<b>Nível 2</b>
	(*)		(*)	
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e bancos	1.717	-	591	-
Aplicações financeiras	-	365.909	-	107.114
Contas a receber de clientes	32.191	-	30.303	-
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	-	15.684	-	12.898
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	7.091	-	183.555	-
Financiamentos (nota 16)	92.507	-	84.139	-
<b>Não circulante</b>				
Financiamentos (nota 16)	857.263	-	701.665	-

(\*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

## **23 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)**

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

### **(i) Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

### **(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos do Grupo.

Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.



O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	Valor contábil	
	2023	2022
Aplicações financeiras	365.909	107.114
Aplicações financeiras vinculadas	15.684	12.898
Contas a receber de clientes	32.191	30.303

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	Valor contábil	
	2023	2022
Financiamentos	949.770	785.804
Fornecedores	7.091	183.555

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

***Exposição ao risco de taxa de juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativo</b>		
Aplicações financeiras	365.909	107.114
Aplicações financeiras vinculadas	15.684	12.898
	<b>381.593</b>	<b>120.012</b>
<b>Passivo</b>		
Financiamentos	949.770	785.804

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

***Em 31 de dezembro de 2023***

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	381.593	Redução do CDI (*)	33.342	22.228
Financiamentos	393.241	Aumento do IPCA (**)	19.170	23.005

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

(\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 3,90% a.a.

***Em 31 de dezembro de 2022***

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	120.012	Redução do CDI (*)	12.286	8.191
Financiamentos	203.811	Aumento do IPCA (**)	14.318	17.181

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

(\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 5,62% a.a.

\* \* \*

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha  
Diretora

Zhigang Yao  
Diretor

Pedro Paganni Lopes  
Contador CRC PR – 077115/O-1